

COM BASE NO EDITAL Nº 1, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025



IFES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

ASSISTENTE DE ALUNO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Legislação
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





IFES

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO**

ASSISTENTE DE ALUNO

EDITAL Nº 1, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025

CÓD: OP-151OT-25
7908403583300

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos de gêneros variados; Coesão e coerência textuais	9
2. Conceitos básicos de Semântica: denotação, conotação, hipônimo, hiperônimo, polissemia, ironia e ambiguidade	12
3. Pontuação	13
4. Ortografia	14
5. Acentuação gráfica	16
6. Classes morfológicas: função das palavras nos enunciados	17
7. Sintaxe do período simples; Sintaxe do período composto	24
8. Concordância nominal e verbal	28
9. Transposição entre discurso direto e indireto	30

Noções de Informática

1. Arquitetura de computadores: Conceitos fundamentais, tipos, características e funcionamento dos principais componentes de hardware: Unidade Central de Processamento (CPU), memória (RAM e ROM), dispositivos de armazenamento (HD, SSD, NVMe), placa-mãe, barramentos e chipset. Periféricos de entrada e saída. Tipos de conexões e conectores (USB, HDMI, SATA, PCIe, Bluetooth, Firewire etc.)	39
2. Representação e codificação de dados: bitsbytes	42
3. Sistemas de numeração (binário e decimal)	43
4. Sistemas Operacionais: Ambientes Windows e Linux: conceitos, principais versões, instalação, comandos, configuração e utilização de recursos. Sistemas de arquivos (FAT, NTFS, EXT4, etc.), gerenciamento de arquivos, pastas, programas e usuários. Utilitários e ferramentas administrativas	43
5. Softwares e Aplicativos: Tipos de software: aplicativos, utilitários e drivers	48
6. Compactadores de arquivos (ZIP, RAR, 7z)	48
7. Pacotes de escritório Microsoft Office e LibreOffice: conceitos, características, atalhos de teclado, formatação de textos (Word/Writer), criação e manipulação de planilhas (Excel/Calc), elaboração e exibição de apresentações (PowerPoint/Impress)	49
8. Segurança da Informação: conceitos básicos e fundamentos da segurança da informação: confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio. Criptografia: conceitos, protocolos e aplicações; criptografia simétrica e assimétrica; principais algoritmos criptográficos (AES, RSA, SHA). Assinatura e certificação digital, autenticação e controle de acesso. Tipos de ataques: spoofing, flood, DoS, DDoS, pharming, phishing, engenharia social	58
9. Noções de internet: Conceitos e funcionamento da Internet e da Web. Navegadores (Edge, Chrome, Firefox etc.) Configurações, favoritos, histórico, extensões e cache. Mecanismos de busca e operadores de pesquisa	64
10. Correio eletrônico: conceitos, funcionamento, anexos e segurança	71
11. Ferramentas para comunicação e colaboração on-line (Teams, Meet, Zoom etc.)	72
12. Redes de Computadores: Fundamentos e conceitos de redes: componentes, meios de transmissão, cabeamento estruturado e dispositivos de interconexão. Modelos de referência OSI e TCP/IP: camadas, protocolos e funções. Topologias de rede, tipos de redes (LAN, MAN, WAN, WLAN, VPN). Equipamentos de rede: hubs, switches, roteadores, bridgesgateways, access points. Endereçamento físico (MAC) e lógico (IPv4 e IPv6), máscaras de sub-rede, DNS e DHCP	75
13. Computação em nuvem: conceitos, fundamentos e características da computação em nuvem. Modelos de serviço: IaaS, PaaS e SaaS	83

ÍNDICE

Raciocínio Lógico

1. Raciocínio lógico numérico: resolução de problemas envolvendo números racionais e reais	89
2. Noções de conjuntos	90
3. Porcentagem	93
4. Máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum	95
5. Problemas de contagem: princípio Fundamental da Contagem, arranjos, combinações e permutações	95
6. Noções de probabilidade	98
7. Sequências e padrões (com números, figuras ou palavras)	101
8. Raciocínio Lógico: proposições, conectivos, negação, equivalência e implicação lógica. condição necessária e suficiente	102
9. Argumentação lógica	107

Legislação

1. Constituição Federal de 1988 (Princípios Fundamentais: Artigos 1º ao 4º; Direitos e Garantias Fundamentais: Artigos 5º ao 17; Organização do Estado: Artigos 18 ao 43. Da Administração Pública: Artigos 37 ao 41)	115
2. Lei nº 8.112/1990 e suas atualizações – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Disposições Preliminares: Artigos 1º ao 4º; Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição: Artigos 5º ao 39; Direitos e Vantagens: Artigos 40 ao 115; Regime Disciplinar: Artigos 116 ao 142)	142
3. Lei nº 11.091/2005 e suas atualizações – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Estrutura da carreira, progressões, requisitos para ascensão funcional e avaliações de desempenho	158
4. Lei nº 9.784/1999 e suas atualizações – Processo Administrativo Federal. Princípios e normas que regem o processo administrativo na Administração Pública Federal, desde a instauração até a conclusão dos procedimentos	163
5. Decreto nº 1.171/1994 – Código de Ética Profissional do Servidor Público. Princípios éticos, deveres do servidor e penalidades em caso de descumprimento do código e sua atualização pelo Decreto nº 6.029/2007	169
6. Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021 – Lei de Improbidade Administrativa; (Disposições gerais, atos de improbidade, penas e requisitos para declaração de bens e acompanhamento patrimonial)	172
7. Lei nº 12.527/2011, com alterações da Lei nº 14.129/2021 e Lei nº 15.141/2025 – Lei de Acesso à Informação (LAI) (Direitos de acesso à informação, deveres da Administração Pública, procedimentos de transparência e restrições de acesso às informações) e com regulamentação do Decreto nº 7.724/2012 e Lei nº 13.709/2018 e suas atualizações	181
8. Lei nº 13.709/2018 e suas atualizações – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); (Princípios e regras sobre o tratamento de dados pessoais por pessoas físicas e jurídicas, com destaque para o setor público)	188
9. Decreto nº 11.072/2022 – Programa de Gestão e Desempenho; Normas para gestão de desempenho, metas, objetivos, e avaliações dos servidores públicos	202

ÍNDICE

Conhecimentos Específicos

Assistente de Aluno

1. Ética, disciplina e indisciplina discente	209
2. Contexto social e escolar: diversidade cultural e de gênero e relações étnico-raciais	210
3. Discência e saúde mental	214
4. Inclusão da pessoa com deficiência no espaço-tempo escolar	214
5. Fenômeno do bullying e do cyberbullying	221
6. Cultura da paz e mediação de conflito	222
7. Proteção e direitos do adolescente	228
8. Relações interpessoais no trabalho e ética profissional	230
9. Gestão democrática na escola e o projeto político-pedagógico	236
10. Desenvolvimento institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	239

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS; COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.



AMOSTRA

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► **Textos Verbais e Não-Verbais**

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

► **Características dos Textos Verbais:**

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

TEXTOS NÃO-VERBAIS

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

► **Características dos Textos Não-Verbais:**

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

RELAÇÃO ENTRE TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

ARQUITETURA DE COMPUTADORES: CONCEITOS FUNDAMENTAIS, TIPOS, CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DE HARDWARE: UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO (CPU), MEMÓRIA (RAM E ROM), DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO (HD, SSD, NVME), PLACA-MÃE, BARRAMENTOS E CHIPSET. PERIFÉRICOS DE ENTRADA E SAÍDA. TIPOS DE CONEXÕES E CONECTORES (USB, HDMI, SATA, PCIE, BLUETOOTH, FIREWIRE ETC.)

Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

AMOSTRA

Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

Fonte

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.



Fonte

Placas de vídeo

São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.



Placa de vídeo

Memória RAM

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.



Memória RAM

Memória ROM

Read Only Memory ou Memória Somente de Leitura é uma memória não volátil que armazena permanentemente as instruções básicas para o funcionamento do computador, como o BIOS (Basic Input/Output System ou Sistema Básico de Entrada/Saída). Ela não perde o conteúdo quando o computador é desligado.

Memória cache

Esta é uma memória muito rápida e pequena que armazena temporariamente os dados mais usados pelo processador, para acelerar o seu desempenho. Ela pode ser interna (dentro do processador) ou externa (entre o processador e a memória RAM).

RACIOCÍNIO LÓGICO

RACIOCÍNIO LÓGICO NUMÉRICO: RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO NÚMEROS RACIONAIS E REAIS

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COM NÚMEROS FRACIONÁRIOS E DECIMAIS

A habilidade de resolver problemas matemáticos é aprimorada através da prática e do entendimento dos conceitos fundamentais. A manipulação de números racionais, seja em forma fracionária ou decimal, mostra-se como um aspecto essencial. A familiaridade com essas representações numéricas e a capacidade de transitar entre elas são competências essenciais para a resolução de uma ampla gama de questões matemáticas.

Vejamos alguns exemplos:

1. (VUNESP)

Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

Resolução:

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

Por fim, a diferença é de : $16000 - 10000 = 6000$ litros

Resposta: E.

2. (AOCP)

Uma revista perdeu $1/5$ dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

- (A) 40.000.
- (B) 50.000.
- (C) 75.000.
- (D) 95.000.
- (E) 100.000.

Resolução:

Observe que os 200.000 leitores representa o todo, daí devemos encontrar $1/5$ desses leitores, ou seja, encontrar $1/5$ de 200.000.

$$1/5 \times 200.000 = \frac{1 \times 200.000}{5} = \frac{200.000}{5} = 40.000$$

Desta forma, 40000 representa a quantidade que essa revista perdeu

Resposta: A.

3. (VUNESP)

Uma pessoa está montando um quebra-cabeça que possui, no total, 512 peças. No 1.º dia foram montados $5/16$ do número total de peças e, no 2.º dia foram montados $3/8$ do número de peças restantes. O número de peças que ainda precisam ser montadas para finalizar o quebra-cabeça é:

- (A) 190.
- (B) 200.
- (C) 210.
- (D) 220.
- (E) 230.

Resolução:

Neste exercício temos que 512 é o total de peças, e queremos encontrar a parte, portanto é a mesma forma de resolução do exercício anterior:

No 1.º dia foram montados $5/16$ do número total de peças Logo é $5/16$ de 512, ou seja:

$$\frac{5}{16} \times 512 = \frac{5 \times 512}{16} = \frac{2560}{16} = 160$$

Assim, 160 representa a quantidade de peças que foram montadas no primeiro dia. Para o segundo dia teremos $512 - 160 = 352$ peças restantes, então devemos encontrar $3/8$ de 352, que foi a quantidade montada no segundo dia.

$$\frac{3}{8} \times 352 = \frac{3 \times 352}{8} = \frac{1056}{8} = 132$$

Logo, para encontrar quantas peças ainda precisam ser montadas iremos fazer a subtração $352 - 132 = 220$.

Resposta: D.

4. (Pref. Maranguape/CE)

João gastou R\$ 23,00, equivalente a terça parte de $3/5$ de sua mesada. Desse modo, a metade do valor da mesada de João é igual a:

- (A) R\$ 57,50;
- (B) R\$ 115,00;
- (C) R\$ 172,50;
- (D) R\$ 68,50.



AMOSTRA

Resolução:

Vamos representar a mesada pela letra x.

Como ele gastou a terça parte (que seria $\frac{1}{3}$) de $\frac{3}{5}$ da mesada (que equivale a 23,00), podemos escrever da seguinte maneira:

$$\frac{1}{3} \cdot \frac{3}{5} x = \frac{x}{5} = 23 \rightarrow x = 23 \cdot 5 \rightarrow x = 115$$

Logo, a metade de 115 = $115/2 = 57,50$

Resposta: A.

5. (CESGRANRIO)

Certa praça tem 720 m² de área. Nessa praça será construído um chafariz que ocupará 600 dm².

Que fração da área da praça será ocupada pelo chafariz?

(A) 1/600

(B) 1/120

(C) 1/90

(D) 1/60

(E) 1/12

Resolução:

$$600 \text{ dm}^2 = 6 \text{ m}^2$$

$$\frac{6}{720} : \frac{6}{6} = \frac{1}{120}$$

Resposta: B.

NOÇÕES DE CONJUNTOS

Teoria dos conjuntos

Um conjunto é uma coleção de objetos, chamados elementos, que possuem uma propriedade comum ou que satisfazem determinada condição.

Representação de um conjunto

Podemos representar um conjunto de várias maneiras.

ATENÇÃO: Indicamos os conjuntos utilizando as letras maiúsculas e os elementos destes conjuntos por letras minúsculas.

Vejamos:

1) os elementos do conjunto são colocados entre chaves separados por vírgula, ou ponto e vírgula.

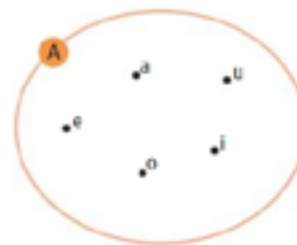
$$A = \{a, e, i, o, u\}$$

2) os elementos do conjunto são representados por uma ou mais propriedades que os caracterize.

$$A = \{x \mid x \text{ é vogal do nosso alfabeto}\}$$

Este símbolo significa tal que.

3) os elementos do conjunto são representados por meio de um esquema denominado diagrama de Venn.



Relação de pertinência

Usamos os símbolos $\in$ (pertence) e $\notin$ (não pertence) para relacionar se um elemento faz parte ou não do conjunto.

Tipos de Conjuntos

▪ **Conjunto Universo:** reunião de todos os conjuntos que estamos trabalhando.

▪ **Conjunto Vazio:** é aquele que não possui elementos. Representa-se por $\emptyset$ ou, simplesmente $\{ \}$.

▪ **Conjunto Unitário:** possui apenas um único elemento.

▪ **Conjunto Finito:** quando podemos enumerar todos os seus elementos.

▪ **Conjunto Infinito:** contrário do finito.

Relação de inclusão

É usada para estabelecer relação entre **conjuntos** com **conjuntos**, verificando se um conjunto é subconjunto ou não de outro conjunto. Usamos os seguintes símbolos de inclusão:

$\subset$	está contido
$\supset$	contém
$\not\subset$	não está contido
$\not\supset$	não contém

Igualdade de conjuntos

Dois conjuntos A e B são IGUAIS, indicamos $A = B$, quando possuem os mesmos elementos.

Dois conjuntos A e B são DIFERENTES, indicamos por $A \neq B$, se pelo menos UM dos elementos de um dos conjuntos NÃO pertence ao outro.

Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A são também elementos de um outro conjunto B, dizemos que A é subconjunto de B.

Exemplo: $A = \{1, 3, 7\}$ e $B = \{1, 2, 3, 5, 6, 7, 8\}$.

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS: ARTIGOS 1º AO 4º; DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: ARTIGOS 5º AO 17; ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: ARTIGOS 18 AO 43. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ARTIGOS 37 AO 41)

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

► Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não - intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.



AMOSTRA

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualam.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos,

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente de Aluno

ÉTICA, DISCIPLINA E INDISCIPLINA DISCENTE

Ética

A ética dos estudantes nas relações educacionais é um tema de extrema relevância que transcende o ambiente acadêmico, moldando não apenas a conduta dos indivíduos no presente, mas também influenciando o desenvolvimento de cidadãos éticos e responsáveis para o futuro. A interseção entre ética e educação vai além do mero cumprimento de regras; ela se manifesta na construção de um *ethos* que promove valores fundamentais e orienta as interações sociais.

Em sua essência, a ética dos estudantes nas relações refere-se à capacidade de discernir entre o certo e o errado, à prática de comportamentos moralmente aceitáveis e à busca constante de uma conduta íntegra. No contexto educacional, isso se traduz em um conjunto de valores que permeia a convivência dentro e fora das salas de aula, estabelecendo as bases para uma comunidade escolar harmoniosa e produtiva.

A promoção da ética entre os estudantes implica, inicialmente, na compreensão e internalização de princípios éticos fundamentais, como respeito, responsabilidade, honestidade e empatia. Estes valores não apenas contribuem para a formação do caráter, mas também estabelecem alicerces sólidos para relações saudáveis entre os pares, professores e demais membros da comunidade escolar.

A ética dos estudantes também se revela na forma como lidam com os desafios acadêmicos, como a honestidade intelectual em tarefas e avaliações. A prática da ética acadêmica não apenas preserva a integridade do processo educacional, mas prepara os estudantes para enfrentar desafios éticos mais complexos ao longo de suas vidas.

Além disso, a ética nas relações educacionais se estende ao uso responsável da tecnologia. A era digital trouxe consigo novos desafios éticos, como o plágio digital, a disseminação de informações falsas e a prática do cyberbullying. Estudantes éticos são aqueles que utilizam as ferramentas digitais de maneira responsável, respeitando a privacidade e a integridade alheias.

A formação ética dos estudantes não é apenas uma responsabilidade individual; ela é fomentada pelo ambiente educacional. Educadores desempenham um papel crucial ao modelar comportamentos éticos, proporcionar orientação moral e criar um contexto que incentive a reflexão ética. Estratégias pedagógicas que envolvem a discussão aberta sobre questões éticas, a análise de casos e a promoção de debates construtivos contribuem para a construção de uma consciência ética robusta.

A educação ética, no entanto, não é uma jornada unilateral. A participação ativa dos estudantes, por meio de programas de liderança, grupos de discussão e projetos comunitários, é essencial para a construção de uma comunidade escolar ética e

engajada. O diálogo constante entre estudantes, professores e pais também desempenha um papel significativo na promoção de uma cultura ética aberta e inclusiva.

Em síntese, a ética dos estudantes nas relações educacionais é um componente vital para o desenvolvimento holístico dos indivíduos. Vai além das regras institucionais, abraçando a formação de valores intrínsecos que moldam a maneira como os estudantes interagem consigo mesmos, com os outros e com o mundo ao seu redor. Ao investir na educação ética, as instituições educacionais contribuem não apenas para a formação de acadêmicos competentes, mas, acima de tudo, para a construção de cidadãos éticos e responsáveis que irão contribuir positivamente para a sociedade.

Disciplina e Indisciplina

O tema da disciplina e indisciplina dos estudantes nas relações educacionais é um complexo e dinâmico campo que permeia o cotidiano das instituições de ensino, influenciando diretamente o ambiente de aprendizagem, as relações interpessoais e o processo educacional como um todo. Discutir essa dicotomia exige uma análise profunda das causas subjacentes, das estratégias de abordagem e das implicações mais amplas para o desenvolvimento dos estudantes e o funcionamento das escolas.

A disciplina, compreendida como um conjunto de normas e regras que norteiam o comportamento dos estudantes, é essencial para estabelecer uma estrutura que propicie a aprendizagem. Ela não deve ser percebida apenas como uma imposição externa, mas como um componente pedagógico fundamental. A disciplina bem aplicada cria um ambiente propício para o desenvolvimento acadêmico e pessoal, promovendo a responsabilidade e a autorregulação entre os estudantes.

No entanto, a indisciplina, entendida como o desrespeito ou a quebra dessas normas, surge como um desafio significativo. Comportamentos indisciplinados podem variar desde pequenas transgressões até atos mais graves de violência. Identificar as causas da indisciplina é crucial para implementar estratégias preventivas e corretivas eficazes.

As causas da indisciplina são multifacetadas. Questões familiares, problemas emocionais, dificuldades acadêmicas e influências sociais podem contribuir para comportamentos indesejados. Compreender esses fatores é fundamental para desenvolver abordagens personalizadas que abordem as necessidades individuais dos estudantes.

O papel do educador na gestão da disciplina e indisciplina é de suma importância. Os professores não são apenas transmissores de conhecimento; são modeladores de comportamento, orientadores e mediadores. Estratégias que envolvem a promoção de uma cultura de respeito mútuo, a resolução pacífica de conflitos e o estímulo à participação ativa dos estudantes nas decisões da sala de aula contribuem para a gestão positiva da disciplina.



AMOSTRA

É importante ressaltar que a disciplina não deve ser meramente punitiva. Abordagens restaurativas, como a mediação de conflitos e a reflexão sobre o comportamento, proporcionam oportunidades para os estudantes aprenderem com seus erros e desenvolverem habilidades sociais essenciais.

Além disso, a criação de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor é uma estratégia preventiva eficaz. Programas que promovem a empatia, a compreensão mútua e o respeito à diversidade contribuem para a construção de relações saudáveis entre os estudantes.

Em última análise, a gestão da disciplina e indisciplina dos estudantes nas relações educacionais requer uma abordagem holística. Não se trata apenas de impor regras, mas de cultivar um ambiente que incentive o crescimento pessoal, o respeito mútuo e a autorregulação. Ao investir na promoção de uma cultura escolar positiva, as instituições educacionais podem criar espaços propícios para o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para a vida em sociedade.

CONTEXTO SOCIAL E ESCOLAR: DIVERSIDADE CULTURAL E DE GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

DIVERSIDADE CULTURAL

Diversidade cultural pode ser entendida como a pluralidade de diferentes culturas existentes em uma mesma sociedade.

A sociedade brasileira possui ampla diversidade cultural, determinada pelas muitas colonizações e sua grande extensão territorial.

Nossa sociedade formou-se a partir da miscigenação de povos. Indígenas, africanos, europeus entre outros contribuíram com elementos de suas culturas para a nossa diversidade cultural.

► Cultura

Entende-se por cultura um conjunto de elementos que caracterizam uma sociedade. Costumes, idioma, religião, culinária, vestimentas entre outros elementos constituem aquilo que se entende por cultura.

► Diversidade cultural e globalização

A globalização intensificou as relações entre os países nos mais diversos campos: econômicos e comerciais, culturais, políticos e sociais.

Concomitante à globalização, houve um grande avanço das tecnologias de transporte e de comunicação.

Esses elementos contribuíram também para a intensificação das migrações, o que gera o aumento da diversidade cultural em nossas sociedades.

► Discriminação de gênero

A discriminação de gênero, também conhecida como sexismo, é a diferenciação injusta com base no gênero de uma pessoa. Isso afeta desproporcionalmente mulheres, meninas e pessoas LGBTQ+.

O combate à discriminação de gênero envolve a promoção da igualdade de oportunidades, o empoderamento de mulheres e meninas e a desconstrução de estereótipos de gênero prejudiciais.

Igualdade de Gênero: garantir que mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades em educação, emprego, política e todas as esferas da vida.

Educação e Conscientização: promover a educação sobre questões de gênero e o impacto da discriminação.

► Escola voltada para a diversidade

Nesse contexto, a escola deve contemplar a diversidade, preparando cidadãos para as sociedades multiculturais, promovendo o diálogo intercultural e ressaltando as vantagens do contato com as diferentes culturas como forma de desenvolvimento cultural e social.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A questão das relações étnico-raciais no Brasil é um tema central quando se discute educação e cidadania. Historicamente marcado por um passado de escravidão e desigualdade social, o país ainda enfrenta os reflexos do racismo estrutural, presente em diversas esferas da sociedade. Nesse contexto, a escola se torna um espaço crucial para a formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de compreender e enfrentar as discriminações raciais.

A educação das relações étnico-raciais emerge, assim, como um dos pilares para promover a igualdade e a valorização da diversidade cultural no ambiente escolar. O objetivo não é apenas combater o racismo de forma reativa, mas também inserir as contribuições afro-brasileiras e indígenas no currículo, de modo que todos os alunos compreendam a complexidade e a riqueza da nossa história e cultura.

Nesse sentido, a escola ocupa um papel fundamental na desconstrução de preconceitos e na formação de um espaço inclusivo e respeitoso. Além dos professores e gestores, o auxiliar escolar também desempenha uma função essencial nessa missão. Atuando diretamente no cotidiano escolar, esse profissional pode ser um agente importante na promoção de um ambiente que valorize a diversidade, sendo capacitado para identificar e lidar com situações de preconceito e discriminação.

Com a implementação da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, a educação das relações étnico-raciais passou a ser reconhecida como um direito de todos os alunos. No entanto, apesar dos avanços, a prática educativa ainda enfrenta desafios significativos na efetivação dessa legislação e na transformação dos discursos em ações concretas.

A formação de uma sociedade mais justa e igualitária depende, em grande parte, de como as escolas — em seus diferentes níveis e com a participação de todos os seus profissionais — abordam essas questões.

A LEI 10.639/2003 E SUA RELEVÂNCIA

A Lei 10.639/2003 é um marco na educação brasileira e no enfrentamento das desigualdades raciais no país. Ela alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas de educação básica, tanto públicas quanto privadas. Essa





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

